



A Sociedade Atual é Formada por: Comunidades, Associações ou Agrupamentos Digitais?¹

Patrícia Gonçalves Saldanha

Universidade Federal do Rio de Janeiro

LECC- ECO/UFRJ
Pesquisadora do LECC
Doutoranda da ECO UFRJ²

Resumo

O homem, em todos os seus estágios de desenvolvimento, tratou de produzir uma “arma decisiva” para se proteger da e na natureza como: o arco e a flecha, a espada de ferro e a arma de fogo. Além disso, se dedicou a formular estratégias com objetivo central de defender sua continuidade e o seu sentido de vida em comunidade. Assim, a idéia central que orientará este trabalho será dedicada a demonstrar de que a lógica condutora da humanidade não sofreu grandes alterações de sentido. Para isso, o trabalho foi baseado em pesquisa bibliográfica e tem como enfoque as formas de manutenção da sua organização comunitária em seus vários estágios históricos, inclusive nos atuais, quando a arma decisiva que tenta resgatar o laço comunitário que se perdeu com o enfraquecimento do Estado e o avanço do Mercado são as ferramentas digitais.

Palavras-chave

Sociedade Atual; Comunidade; Agrupamento Digital; Mercado-Tempo; Estado-Espaço

A Sociedade Atual é Formada por: Comunidades, Associações ou Agrupamentos Digitais?

1 Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação para Cidadania

2 Pesquisadora do LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária, organizadora de todos os Eventos do LECC (cursos de rádio comunitária, Encontros Cariocas de Comunicação Comunitária), coordenadora de cursos do Laboratório. Doutoranda da ECO UFRJ na linha Mídia e Mediações. Membro do Conselho Editorial da Revista do LECC. Membro do Conselho do CONECO. patsaldanha@ig.com.br



*“O arco e a flecha foram, para a época selvagem,
o que a espada de ferro foi para a barbárie e
a arma de fogo para a civilização: a arma decisiva.”
Engels*

O discurso de Engels afirma que o homem, em todos os seus estágios de desenvolvimento, tratou de produzir uma “arma decisiva”. O que deixa claro que, na concepção do filósofo, além do homem ser capaz de tomar decisões, ele também pode criar as ferramentas apropriadas para lhe dar proteção das possíveis conseqüências provenientes de suas próprias resoluções. Fica nítido nesta epígrafe que um dos fios condutores da história humana se preenche com a dedicação que o homem dispensa para formular estratégias que têm com objetivo central, defender sua continuidade. Sendo uma dessas formas, a capacidade de desenvolver sua instrumentalização. Neste sentido, a idéia central que orientará este trabalho será fundamentada pela demonstração de que a lógica condutora da humanidade não sofreu grandes alterações de sentido.

O homem contemporâneo ainda continua tentando fabricar e confeccionar “armas decisivas” capazes de lhe garantir a sobrevivência e a continuação da espécie. No entanto, é necessário considerar que a relação que o homem foi estabelecendo com o espaço sofreu alterações. Atualmente, torna-se necessário considerar um novas maneiras de reconhecer o espaço, em função das mudanças ocorridas nas suas formas de determinação, bem como nas formas de determinação do tempo. Estas medidas modificaram-se tecnicamente tanto no que se refere aos meios de transportes como às tecnologias de comunicação e foram *“alterando não apenas o espaço, mas também o tempo, além de introduzir a possibilidade de nova e impensada realidade: o virtual”*³ (PAIVA, 44).

Uma vez que estas mudanças afetaram o mundo diretamente, cabe então tentar observar como as sociedades foram se apossando do espaço e se estruturando nos territórios, bem como observar as formas de organização humana. Neste diapasão, vale ressaltar como os diversos tipos de instrumentos foram necessários para a articulação do homem ao longo de seu desenvolvimento.

Assim, esta reflexão se direciona, a partir de uma construção histórica, com base em pesquisa bibliográfica, para a identificação de quais “armas” têm sido desenvolvidas na atualidade e para a seguinte questão: como o indivíduo

3 PAIVA, 2003, p. 44



contemporâneo tem se empenhado em buscar soluções para o resgate de sua vida comunitária?

Estágios Históricos de Organização do Homem

No seu estágio selvagem, o homem tentou se apropriar da natureza para sobreviver a ela. Para isso, desenvolveu ferramentas que lhe facilitaram tal dominação.

Desde o período Paleolítico até hoje, o homem vem se empenhando em criar formas de subsistir e, neste período, seus esforços eram direcionados a sua sobrevivência e, por isso, se concentravam na caça e na coleta de frutos. Além da dedicação à conquista do alimento, fazia parte de sua condição humana, “*conferir sentido à natureza*”⁴; e, para que estes sentidos produzidos por estes homens pudessem ser compartilhados, o homem começou a formar uma linguagem articulada e esta linguagem lhe serviu de amálgama, introduzindo-lhe, assim, um sentido de grupo.

Logo depois, no Mesolítico, período ligado às conquistas de novos territórios e de novas formas de sobrevivência, o homem começou a estabelecer outras formas de alimentação, incluindo e articulando dois fenômenos cruciais no seu modo de vida: o uso do fogo e o consumo de peixes. Entretanto, com a entrada destes dois novos itens, os homens se desprenderam do lugar e se difundiram pelo globo pois, além de se direcionarem ao enalço da posse do fogo, seguiram “*o curso dos rios e as costas dos mares e puderam, ainda no estado selvagem, espalhar-se sobre a maior parte da superfície da Terra.*”⁵

Mais uma vez, em função da busca de recursos fundamentais para o seu sustento físico, que era uma das garantias de sobrevivência do homem Neolítico a idade da pedra polida é inaugurada com “*a invenção do arco e da flecha, graças aos quais os animais caçados vêm a ser um alimento regular e a caça uma das ocupações normais e costumeiras.*”⁶. E no momento em que uma atividade passa a se tornar um costume, um hábito num determinado lugar, inicia-se então a concepção de um ethos que, para manutenção da continuidade do grupo em questão, vai sendo passado de geração em geração e fixando o homem em lugares delimitados. Este limite do espaço que configura o lugar, estimula o homem a sistematizar suas formas de produção ligadas à obtenção de mantimentos e à ordenação das relações que passam a se estabelecer no

4 SPAGNOLO, 2002, p.2

5 ENGELS, 1989P.56

6 Idem, ibidem, 57



compartilhamento de determinado território e, por consequência, o pertencimento do homem àquele lugar específico.

Desta forma, o território passa a ampliar o seu sentido físico e geográfico de estar ligado somente à terra, para desenvolver o seu sentido cultural. O homem passa a ocupar e a desenvolver relações com este espaço e começa a ordenar *“suas relações com a terra, o céu, a água e os outros homens”*⁷. É assim que se inicia uma ampliação de sentido no que se refere ao pertencimento do homem àquele limite geográfico, pois ele não apenas se localiza, mas passa a ter função e a obedecer as regras que mantém o grupo. Na verdade, neste momento, o homem se insere na história daquela localidade pois *“a história dá-se num território, que é o espaço exclusivo e ordenado das trocas que a comunidade realiza na direção de uma identidade grupal.”*⁸. Então, passou-se a compartilhar o espaço, desenvolvendo formas e regras de convivência em grupo, e o desenvolvimento de formas de comunicação que permitisse a transmissão e a troca de novos conhecimentos, graças a sua nova forma de vida baseada na organização comunitária e nos instrumentos desenvolvidos para o aprimoramento da produção de forma geral. Desta maneira, alguns fatores foram fundamentais para o desenvolvimento da comunicação humana: a sistematização de formas simbólicas de comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a relação do homem com o trabalho e com as suas formas de agrupamento que tinham por finalidade proteger e salvaguardar o seu espaço territorial de outros grupos.

Nesta fase, o que começou a gerar nexos para a própria existência do homem na relação com o seu grupo foram os vínculos que estabelecidos com o trabalho e com a família. Com o trabalho, no sentido de garantir a produção de nutrientes que asseverasse a subsistência do grupo e com a família por conta da certeza de proteção ao grupo que já se mostrava auto-suficiente. Nesta época, além da criação de formas de proteção dos seus territórios é a domesticação e a cultura de subsistência que levam o homem a começar a viver e a tentar se organizar em comunidade. Para tal, o desenvolvimento da prática da domesticação e criação de animais aliada ao cultivo de plantas se tornam imprescindíveis e formam o traço que caracteriza o início da barbárie.

Já fazendo parte de um novo tempo e ainda sem se dar conta de que fazia parte desta mesma natureza que tentava dominar, o homem prosseguiu rumo à dominação de outros espaços, mesmo que para isso fosse necessário o domínio ou a eliminação de

7 SODRÉ, 1988, p.22

8 Idem, Ibidem



parte de sua própria espécie a partir das invasões, lutas e apropriações de locais previamente demarcados e habitados por outras comunidades. Para seguir nesta ordem de ataques, precisou sistematizar alguns pontos: organizar uma forma de proteção do seu território (para que pudesse se afastar dele), garantir formas de subsistência na sua localidade (uma vez que estava se dedicando à ampliação de seus limites físicos e culturais) e desenvolver armas de ataque que lhe propiciassem sucesso nas outras conquistas.

No que se refere à classificação que Engels faz sobre o desenvolvimento da humanidade a partir de Morgan fica claro que os períodos que fizeram parte dos acontecimentos históricos podem ser dispostos (em síntese) assim:

Estado Selvagem. - Período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para serem utilizados; as produções artificiais do homem são, sobretudo para serem destinadas a facilitar essa apropriação. *Barbárie.* - Período em que aparecem a criação de gado e a agricultura por meio do trabalho humano. *Civilização.* - Período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte.⁹

Ou seja, ao observar o que ocorreu no decurso do tempo até os dias de hoje, nota-se que não houve nada de diferente do que já vinha fazendo até então. Desta forma, o homem continuou mantendo a lógica de apropriação e dominação de lugares desde os seus períodos bárbaros até os estágios civilizatórios.

As Formas de Organização Humana no Espaço

Contudo, esta lógica de tomar terras à força, de subjugar o outro só é capaz de se sustentar enquanto pelo menos dois objetos ainda estão claramente definidos nesta etapa: o dominante e o dominado. Aqui, o dominante deve ser o homem e o dominado, o espaço da natureza e o território cultural. Assim, fica claro o objetivo que levou o homem a lutar e contra o que lutar (qualquer forma de obstáculo que se sobrepusesse a sua prática de dominação). Ainda continua a fazer parte do objetivo do homem submeter o espaço, mesmo que pela força de armas e à sua estratégia que antes era calcada apenas na instrumentalização, o acréscimo da sua sistematização no tempo. “A articulação com o tempo significa que as novas formas de apropriação e representação do espaço”¹⁰.

9 ENGELS, 1989, p. 61

10 SODRÉ, 1988p.27



Todavia, atualmente, mesmo que tenha se repetido ao longo da história, esta lógica começou a se depauperar por dois motivos: o primeiro é que os espaços geográficos do globo já foram dominados, “tá tudo dominado!”; o segundo é que uma vez que o espaço já foi “todo dominado”, o homem que deveria procurar lógicas de fortalecimento de sua manutenção no espaço já apropriado por ele, além de não o fazer, se encontra absorvido pela prática da luta em si. Porém, desta vez, esvaziado do sentido que outrora lhe conduzia e lhe motivava: a sobrevivência. Antes a continuidade tinha um fim definido, a sobrevivência à natureza e na natureza. No atual momento não há continuidade, pois não há mais nem começo nem fim definidos e o que tem garantido a vida de algum sentido para a humanidade é a própria condição de estar em movimento. Mesmo porque a própria noção de espaço também foi ampliada e, atualmente, fazem parte da compreensão deste conceito novos critérios de avaliação que consideram na vida real dos membros da Sociedade Civil, o espaço virtual.

Uma vez inserido nestes novos padrões de concepção espacial, o que passa a manter o homem em movimento, é a lógica que lhe conserva circulando no vazio, independente do espaço no qual esteja atuando, pois a questão não é mais da sua relação com o espaço e com o tempo, mas no seu próprio esvaziamento. Esvaziado de objetivo, projeto, sentido, logo, de valores, mas sempre circulando, a humanidade começa a se colocar de frente a uma situação limite: ou continua esvaziada e caminha para uma possível inexistência, ou tenta recuperar algo que se perdeu e resgata o seu sentido de continuidade, que por sua vez se consolida nas suas formas de agrupamento como acontecia nas comunidades.

Esta forma de agrupamento articulada com a proteção territorial se perpetuou pela Idade Média na relação de dependência que se estabeleceu no feudalismo entre o Senhor Feudal e os vassalos. Enquanto os primeiros garantiam a segurança, a moradia; os segundos estavam submissos às exigências dos donos da terra. Já com o surgimento da burguesia e da nova forma de organização social a partir da introdução do Estado-Nação, as formas de produção passaram a pertencer a outro eixo. Não se direcionando mais à subsistência, mas ao fortalecimento de uma instituição que garantiria toda a segurança, subsistência, educação, então perdida, uma vez que a comunidade havia se fragmentado e, conseqüentemente, perdido o seu sentido central que seria a garantia de segurança.

Neste momento, o Estado passou a assumir e a dar o sentido prometido pela comunidade, porém, sem os conflitos contidos nela pois, na comunidade, cada



integrante é beneficiado com a proteção, mas também tem sua importante participação, que ocorre de fato a partir do cumprimento de sua função. Torna-se, portanto, fundamental para a firmeza da estrutura de uma comunidade, a solidez e a consistência de um corpo de identidade para a mesma. E corpo de identidade que compõe a comunidade é o compartilhamento de suas propriedades. Neste sentido, compreendem-se por propriedade as suas características, o seu território no seu sentido amplo, seu ethos, o reconhecimento e a preservação da sua cultura, a sua língua e a sua dívida. É a dívida que gera o sentido que mantém o sujeito conectado ao seu grupo. E é na libertação desta dívida que o Estado embasa o seu discurso. Então o sujeito percebe uma possibilidade de ter a segurança e se livrar desta dívida.

Para tratar deste deslocamento para o homem da Sociedade Civil que começa a se organizar a partir da instituição do Estado-Nação, o filósofo italiano Roberto Esposito constrói um raciocínio de como a comunidade foi esvaziada após a inauguração deste mesmo Estado.

A Sobrevivência do Sentido de Comunidade

A base do pensamento central da formação da conceito de comunidade trabalhada por Esposito é o da dívida. Para o italiano, a dívida é a pedra fundamental necessária para se construir a razão de ser da comunidade e é o esvaziamento deste senso que tem fragmentado a comunidade na atualidade.

Desta maneira, fundamenta sua busca na tentativa de compreensão da comunidade pelo seu caminho etimológico: pelo *communitas*. Então, o *cum* (com) significa a experiência de estar junto, um diante do outro é o *cum* que junta o *munus*. Já o *munus* (*munitas*), representa o dever, a função, o ônus, o ofício, o dom, a obrigação, enfim, a dívida. Por conseguinte, o que os membros de uma comunidade têm em comum é o partilhar de um dever, de uma tarefa, de uma dívida. Esta dívida tem cabimento pois, a partir do momento que a comunidade te dá proteção e te garante a subsistência, o mínimo que o sujeito que pertence a esta comunidade é cumprir sua função, ou seja, arcar com sua dívida. É como se o sujeito estivesse impregnado de um sentimento de gratidão que na verdade lhe levasse a sentir um devedor, e a forma de pagar esta dívida é através da doação, da sua doação que é demonstrada cotidianamente



pela sua participação. Este foi o espírito de manutenção da comunidade existente no decorrer da história.¹¹

A partir da modernidade, com a entrada do Estado-Nação, houve um deslocamento de propósitos dos agrupamentos humanos. Neste momento, a relação que o sujeito estabeleceria com o trabalho seria em prol da garantia da produção, pela produção e com o intuito de fortalecer o Estado e não mais para a continuidade de sua comunidade.

Desta vez, quem tratou de se instrumentalizar foi o próprio Estado, que favoreceu o mercado com o aumento do fluxo de produção, principalmente a partir da Revolução Industrial. O projeto era exatamente incentivar um mercado produtor que, através do recolhimento de impostos, beneficiaria a balança comercial de um Estado que, por conseguinte, seria reconhecido como economicamente forte pelos outros Estados Europeus.

No entanto, para que o Estado se fortalecesse economicamente e obtivesse o reconhecimento dos outros Estados era necessário que houvesse uma produção que lhe permitisse uma largo volume distribuição. Quanto mais a produção aumentasse, mais impostos seriam arrecadados para o Estado que manteria sua balança comercial numa condição favorável. Houve aí um estímulo e um incentivo para o desenvolvimento do mercado que se consolidou cada vez mais com sua aquisição de adeptos e de mão-de-obra a partir do discurso do progresso. Foi o discurso do progresso implementado na Inglaterra com o reforço da crescente lógica de mercado que desembocaram na Revolução Industrial do século XVIII.¹²

Desta forma, houve uma aceleração das formas de produção, um aumento de escala e uma alteração de sentido para a Sociedade Civil que, à esta altura, já passava a se organizar a partir de duas bases estruturantes: às do projeto de Estado e às promessas do Mercado que passava a vigorar a partir do aumento das formas de produção. O excessivo crescimento do Mercado extrapolou as formas de controle do Estado e iniciou-se na virada do século XVIII para o século XIX

uma suposta ruptura do equilíbrio entre as dimensões da vida pública e da vida privada ... A plenitude da vida pública na época das Luzes teria sucumbido frente ao modelo predominante nas sociedades contemporâneas. Neste último, as formas ritualísticas do comportamento, fundadas em narrativas da universalidade do gênero humano, teriam sido substituídas por sociedades intimistas e marcadas

11 ESPOSITO, R. , 2007 pg. 15-30

12 THOMPSON, John, 2005 pg. 135-158

pelo narcisismo, pelo culto a modelos de personalidade centrados na imanência e por interesses pessoais sobrepostos aos laços da vida comum.¹³

Então, o que passou a mover o homem moderno foi o seu empenho voltado para a produção em si. Num primeiro momento, produz para sua comunidade, uma vez que o que lhe gerava sentido era o seu pertencimento a esta comunidade. Logo depois passa a produzir para um Estado que lhe promete a mesma benfeitoria da comunidade, no entanto, num mundo mais livre de obrigações. Já num terceiro momento, com a introdução de um novo setor de organização da Sociedade Civil, o Mercado, o homem, antes de se dar conta, está inserido numa outra lógica. Depreende-se então que a condição humana sempre esteve ligada a formas de produção, mas houve um deslocamento da finalidade do que a levava a produzir: antes, a necessidade para a própria sobrevivência; agora, o desejo de obtenção de qualquer coisa que se coloque à venda.

Partindo desta conjectura de deslocamento de sentidos, o homem sai da condição de sujeito *communitas* (aquele que compartilha) e passa a fazer parte da lógica do indivíduo *immunitas* (aquele egoísta e ensimesmado). Aquele que é *IMMUNIS* não tem dívida, não tem vinculação, pode estar livre. Mas então, o que lhe garantiria toda a segurança que só a comunidade seria capaz de lhe dar? Neste caso, o indivíduo moderno estaria liberado da dívida que estabelece sua vinculação com o grupo, mas poderia entrar numa situação de risco que poderia ameaçar o que lhe preenchia de sentido, a sua identidade que, por sua vez, ainda se constituiria no grupo, na comunidade.

O Estado-Leviatã enfraquece os laços. O *immunitas* moderno sacrifica a vida comunitária e preserva a conservação da vida individual e livre de qualquer dívida. Neste caso, o Estado instaura uma relação de obediência através dos contratos que estabelecem e marcam o fim do estado natural e iniciam o estado social e político.

Para Hobbes, o estado de natureza permite que todo homem tenha direito a tudo, e, como todos não podem ter tudo, vivem em estado de Guerra, sempre com suas vidas e integridade física ameaçadas. A consequência lógica disso é que com sua integridade física ameaçada, haveria um afeto negativo na produção que por sua vez fortaleceria o Estado. Desta forma, o Estado tratou de estabelecer normas reguladoras capazes de controlar conflitos, e ordenar que todos os homens procurassem a paz. Com a paz

13 FERRER, 2001,p.132



estabelecida e garantida pelo Estado, o mercado teria mais “tranquilidade” para continuar seu processo de produção com o intuito de fortalecer o Estado.

Entretanto, o Mercado cresceu, o Estado não o controlou, e o resultado desta alteração no espaço público denota um crescimento do Mercado em relação ao Estado que tem se mostrado cada vez mais inoperante. E esta mudança que aconteceu na passagem da modernidade para a contemporaneidade afetou diretamente as formas de organização incutidas na Sociedade Civil. Nesta terceira fase, quando o homem passa a trabalhar para o Mercado, ele não preserva mais o seu grupo e não acredita mais num Estado que lhe garanta um sentido para lutar. Este homem contemporâneo está esvaziado.

Na culminância da Sociedade de Massa, na trajetória de passagem do século XIX para o século XX, o homem buscou formas de se associar nos espaços urbanos onde havia uma aglomeração de pessoas sem um sentido comum, a não ser o da busca por novas formas de trabalho nas fábricas que, a partir das novas maneira de produção de riquezas, lhe daria a garantia da recompensa: o salário. Com parte da população concentrada nas cidades que cresciam, foram surgindo *“as organizações ditas de massa: partidos, associações, sindicatos...com suas reivindicações coletivas. Isso sem falar em outras manifestações como o espetáculo e o esporte, que vão neste mesmo sentido, como o cinema e o futebol.”*¹⁴

Foi a partir da vivência no campo e nos centros urbanos que as percepções e as considerações de Ferdinand Tönnies começaram a fazer sentido. Para o camponês nascido numa granja que passou a freqüentar os centros de produção em plena Alemanha de meados do século XIX e início do século XX, a sociedade seria a constituição de uma liga

de seres humanos que, na superfície, assemelha-se à comunidade, onde os indivíduos convivem pacificamente. Entretanto, na comunidade permanecem unidos apesar de todos os fatores para separá-los, ao passo que na sociedade permanecem essencialmente separados, apesar de todos os fatores tendentes para sua unificação. (...) na sociedade, *Gesellschaft*, não encontramos ações que possam derivar de uma unidade; nenhuma ação, que manifeste a vontade e o espírito da unidade realizada pelo indivíduo; nenhuma ação que, mesmo realizada pelo indivíduo, tenha repercussão sobre aqueles que permanecem vinculados a ele, (...) cada um se mantém por si mesmo e de maneira ilhada, e até se dá uma certa tensão com os demais; (...) a sociedade se

14 FERREIRA, 2001,p. 101



caracteriza por um estado de repouso, onde ninguém quer conceder nem produzir nada para o outro.¹⁵

Este processo de atomização do sujeito lhe direciona para um esvaziamento de sentido que vem se tornando, cada vez mais, o ponto basilar da atualidade. O sustentáculo do discurso que ainda atrai o homem para este esvaziamento é a promessa da liberdade proporcionada pela vida na sociedade “aparentemente” sem conflitos. Uma liberdade nesta nova forma de vida que ajudará o homem a desatar os laços que ainda lhe mantém condenados à estrutura comunitária. E no momento exato em que se vê desobrigado e desarraigado desta estrutura e passa a viver solto e desconectado, ou seja, da forma que ele tanto buscava, o homem se dá conta que o que passa a lhe preencher é o vazio. No entanto, no afã de preencher este vazio que se formou pela conquista da liberdade prometida, e que esta não é suficiente para lhe sustentar, o homem se vê numa busca contínua e angustiada de preencher este vazio com alguma coisa. Neste momento, o consumo do alimento não mais o satisfaz, mas o que passa a preencher momentaneamente este vazio é a prática do consumo em si. Para consumir, trabalha, e trabalha para consumir. O resultado disso é que, quando se apercebe, está enredado. Enredado no vazio e correndo o risco de caminhar para o nada. Esta agonia de cair no nada o faz buscar algo que se perdeu. A sua comunidade.

Considerações Finais Reais no que se refere às Comunidades Virtuais

Assim, pode-se afirmar que, quando o homem tenta se aproximar do BEM SUPREMO, do BEM maior, da felicidade, ele não consegue se bastar nele mesmo, na sua individualidade, mas se complementa em comunidade. Logo, o âmago da questão da felicidade se dá no coletivo, na comunidade e não na solidão nem na individualidade, porque a comunidade se reconhece enquanto tal, no agrupamento das semelhanças que, converte em substância própria o “comum” e, concomitantemente, respeita as diferenças e as singularidades, apesar da existência de todos os conflitos. Por isso, já é hora da sociedade ver que o compartilhamento se tornou assunto premente na atualidade, e, por conta disso, deve diminuir a marcha do tempo e reativar alguns sentidos, como o olhar para o lado e o ouvir o que se diz (não o que se fala, mas o que

15 Apud PAIVA, 2001, p.70



se diz) nos seus arredores. E assim, e só assim, poderá ser afetada pela experiência de se vincular com o outro e de ser afetada por esta vinculação.

Então, tem sido possível perceber que as novas formas de associações têm acontecido na atualidade. Na verdade, tem sido possível observar que o que tem acontecido não só não reproduz o sentimento de comunidade, tampouco o sentido de associações, mas num tempo onde o isolamento é tão lancinante, pelo menos dá a sensação de aproximação. No mínimo, enquanto os computadores estão ligados.

São de fato agrupamentos virtuais que se auto-denominam comunidades e que têm como membros pessoas que, na maioria das vezes, mal se conhecem e estabelecem um contato on-line, garantido pela superficialidade e pela falta de operacionalidade na vida comum. Na verdade, estes indivíduos tentam buscar formas de resgatar laços que não vão ser re-apropriados (uma vez que nunca existiram) como prometem as redes de relacionamento. Não necessariamente na INTERNET, mas nas redes de relacionamento que, apesar de se proclamarem comunidades não as configuram uma vez que

não se pode afirmar que um grupo de indivíduos em contato via rede constitua uma comunidade, pelo menos segundo os parâmetros tradicionais do conceito, mas é inegável que passa a surgir aí um grupo de pessoas sobre as quais a sociologia e a antropologia contemporânea deverão debruçar-se.¹⁶

Em pesquisa realizada pelos bolsistas do LECC da ECO-UFRJ verificou-se que, por exemplo, no que tange ao ORKUT ou às listas de e-mails, deve-se reconhecer que são ferramentas que potencializam as formas de comunicação intragrupos, todavia, para os alunos,

apesar desse potencial, as comunidades do ORKUT são utilizadas de forma que pouco ou em nada contribuem para o estreitamento de laços e, muito menos para a comunicação comunitária: não apresentam propostas de mobilização e de melhorias em relação a determinados bairros ou comunidades no espaço das cidades, não se apresentam como alternativas comunicacionais e meios de difusão de informações de caráter político e/ou pedagógico. Deve-se considerar, ainda, o fato de o acesso a computador e internet ser insatisfatório no país...Mesmo assim, acreditamos que tais ferramentas concentram em si, uma estrutura capaz de estreitar laços...Por enquanto, mantêm-se – e nem todas elas – como meios de socialização apenas.¹⁷

Então, torna-se imprescindível aceitar que há novas formas de agrupamentos na atualidade e que podem até ser imbuídos de algum sentido futuramente, principalmente, quando as N.T.I.C.'s assumem a postura das “armas decisivas” dos interesses atuais,

16 Apud, BELISÁRIO A., p. 62

17 Idem, ibidem, p. 63



mas que o fato de “plugar” pessoas, não as faz ainda viver e sentir a experiência da comunidade.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmund. *Globalização: As Consequências Humanas*. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro, 1999.
- BELIZÁRIO Adriano, GUERIN Dominique, SANTOS Giuliana, SOUZA Jean. In: Revista do LECC. no.1, Rio de Janeiro, 2007. pg.61-63.
- DREIFFUS, Renné Armand. *Tendências da Globalização*. In: Revista Tempo Brasileiro. nº139. Rio de Janeiro, 1999. pg 97-172.
- ENGELS, Fredrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*; tradução José Silveira Paes; apresentação Antonio Roberto Bertelli. – São Paulo: Global, 1984. 237 p.
- ESPOSITO, Roberto. *Nilismo e Comunidade*. pg. 15-30 In: O Retorno da Comunidade. Os Novos Caminhos do Social. Org. Raquel Paiva. Rio de Janeiro, MAUAD X, 2007
- FERREIRA, Giovandro M. *As Origens Recentes: os meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa*. pg. 99-116. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga.(Organizadores). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis:Vozes, 2001. 309 p.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Ed. UNESP, 1991. 177 p.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro. Ed. DP&A, 1997. 111 p.
- KOFF, Rogério Ferrer. *Comunicação, Ideologia e Espaço Público*.pg. 131-152 In : Comunicação e Sociabilidades – FACOS-UFSM: Santa Maria, 2001. 188p.
- PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo*. Rio de Janeiro, Ed. MAUAD, 2003. 175p.
- SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a Cidade – A forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988. 165 p.